

## História e Historiografia dos governos militares brasileiros (1964-1985)

### History and Historiography of Brazilian Military Governments (1964-1985)

Márcia Pereira da SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente texto é abordar a historiografia dos governos militares brasileiros, com ênfase à produção nacional, privilegiando o século XX. Trata-se de fornecer subsídios para os estudos daqueles interessados na temática embora seja impossível, obviamente, abarcar a totalidade das publicações sobre o assunto.

**Palavras-chaves:** Brasil; Ditadura; Historiografia.

**Abstract:** The objective of this text is to address the historiography of Brazilian military governments, with emphasis on national production, focusing on the twentieth century. It is a matter of providing subsidies for the studies of those interested in the subject, although it is obviously impossible to encompass all the publications on the subject.

**Keywords:** Brazil; Dictatorship; Historiography.

### Introdução

É relativamente vasta a literatura já publicada acerca dos governos militares, mas dois aspectos merecem atenção: o primeiro é o fato de a maioria dessas pesquisas ter sido realizada e/ou levada à público a partir do momento da abertura política; o segundo a constatação que, desde a abertura, a maioria dos trabalhos se concentrou em temáticas específicas ora privilegiando a ação de grupos guerrilheiros, ora o movimento estudantil, ora a repressão e assim por diante.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é oferecer um panorama geral da historiografia de maior circulação no Brasil sobre o período da ditadura militar brasileira.<sup>2</sup>

Pouco se publicou no Brasil acerca da história do movimento civil-militar de 1964 ou de temas relativos às Forças Armadas e sua relação com a política brasileira pós-64 antes do momento da abertura política. Mesmo assim alguns trabalhos podem ser encontrados, a exemplo de Amaury de Souza (1966) ou ainda alguns textos publicados na *Revista Estudos CEBRAP* (São Paulo), na *Revista Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro) e na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (Belo Horizonte), por ocasião de dossiê temático dedicado à Escola Superior de Guerra. Lembramos também a primeira edição de *História militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré (1968), obra que deixou clara a decepção do autor com as Forças

---

<sup>1</sup> Doutora em História. Professora dos Cursos de graduação e Pós-Graduação em História da Unesp – campus de Franca.

Armadas em virtude do expurgo de vários de seus amigos considerados da “esquerda militar”. No livro, Sodré reafirma sua esperança de que os militares “voltassem a assumir” o papel que lhes cabia na “defesa da democracia nacional”.

Merece destaque na historiografia brasileira das décadas de 1960/70 a criação da Revista de História da Universidade de São Paulo/USP e a obra conjunta intitulada “História Geral da Civilização Brasileira”. Apesar de não terem sido bem-vindas ao Estado militarizado análises, mais ou menos densas, de temas que reportassem ao período dos governos militares, dois autores que trataram do assunto figuram entre os brasilianistas norte-americanos mais publicados no Brasil entre 1969-1975: Thomas Skidmore e Alfred Stepan. Ainda sobre a escrita do período, o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr, publicado pela primeira vez em 1942, muito influenciou historiadores e cientistas políticos brasileiros nas décadas de 1960, 70 e 80.

Mesmo que não tenha sido vasta a publicação de trabalhos que analisassem a experiência política dos militares no Brasil pós-64 antes da abertura política, a presença das Forças Armadas nos governos brasileiros motivou obras que analisavam o papel desempenhado pela instituição castrense em períodos anteriores. A razão de tais trabalhos foi explicitada por Schulz (1971, p. 13): “a convivência com um governo militar em décadas passadas e o perigo de futuras intervenções militares me eximem, creio eu, de justificar a relevância desse estudo”.

### **Publicações e debates sobre os autoritarismos anteriores à abertura política**

Mesmo sendo esparsas as publicações que tratavam dos governos militares antes da abertura política, um conjunto de trabalhos merece destaque. Trata-se de estudos marcados pela vertente norte-americana da ciência política que buscava explicar o motivo da emergência do militarismo em diferentes países da América Latina, incluindo o Brasil. Tais análises classificaram os “tipos de autoritarismo” latino-americanos e colocaram em debate a autonomia das instituições militares. Esses trabalhos questionavam se as Forças Armadas representavam ou não uma dada classe social, se eram organizações com objetivos próprios e se um único modelo de análise poderia mesmo explicar os regimes militares que emergiram na América Latina.

As questões explicitadas anteriormente chamavam a atenção dos cientistas políticos porque, no final da década de 1970, mais da metade da população latino-americana vivia em Estados sob a dominação castrense. A ocorrência do autoritarismo em países da América Latina

motivou os pesquisadores a reverem as tradicionais associações entre modernização socioeconômica e democracia. Explica-se: até então acreditava-se que a modernização autoritária não seria efetivada nos países latino-americanos, tendo em vista que a noção – modernização autoritária – era normalmente empregada para designar um efeito político-econômico que podia marcar o desenvolvimento de um dado país em suas primeiras fases de industrialização. Como já haviam ultrapassado a etapa de "economias agrárias pré-industriais" no período do pós-guerra, acreditava-se que o desenvolvimento econômico industrial dos países da América latina não desembocaria em governos autoritários, mas tenderiam à democracia. Obviamente, tais concepções não auxiliaram pesquisadores das últimas décadas do século XX a explicar a política autoritária que eclodiu na América Latina naqueles anos. Era preciso reavaliar:

No curso desta reavaliação, entrou em uso um novo termo. A Argentina e o Brasil foram governados pelos militares como instituição, em vez de exclusivamente por governantes militares individuais. Além disso, os militares pareceram adotar um enfoque tecnocrático e burocrático na formulação política (ao contrário de um enfoque mais "político" através do qual as políticas são modeladas pelas exigências econômicas e políticas dos diferentes setores da sociedade, expressas através de canais tais como eleições, legislaturas, partidos políticos e sindicatos trabalhistas). Este enfoque da formulação política destes regimes levou os estudiosos a juntarem o adjetivo "burocrático" ao termo "autoritário" e a chamar estes sistemas de "autoritário-burocráticos" (Collier, 1982, p. 12-13).

Em linhas gerais, a construção dos conceitos que informariam a expressão “Estado autoritário-burocrático” se baseou na análise de mudanças sociais e políticas decorrentes da modernização capitalista em países com situações específicas: a dependência econômica experimentada pela América Latina. O elemento econômico integrou fortemente esse arcabouço teórico que buscou explicar o surgimento de regimes políticos autoritários e burocráticos em países que já haviam ultrapassado a etapa inicial de industrialização (Nogueira, 1998).

Para Robert Kaufman (1982, p. 156) “não é difícil compreender porque estas formas de autoritarismo”, pautadas em coação e repressão, “emergiram em sociedades industriais relativamente adiantadas”, já que “qualquer governo que procure desmobilizar e controlar essas sociedades por longos períodos deve aplicar doses bastantes grandes de coação”. Ainda segundo o autor, a possibilidade de governos de países que já haviam passado da primeira fase da industrialização serem altamente repressivos sem perder o apoio da maioria da população era possível porque detinham os recursos tecnológicos e burocráticos necessários para fazê-lo

em maior escala e com mais competência do que os governos de países ainda agrários. Para Kaufman (1982), o desafio é saber por que era necessário controlar os setores populares para promover desenvolvimento econômico; e ainda desvendar que elementos compunham o tipo de crescimento econômico pretendido e por que eles exigiam desmobilização política da sociedade em geral. Para responder tais questões entrou em voga a expressão “Estado burocrático-autoritário”.

Um dos primeiros autores a utilizar a expressão “Estado burocrático-autoritário” foi Guillermo O'Donnell.<sup>3</sup> O autor definiu o Estado burocrático-autoritário (conhecido como Estado BA) como um tipo de Estado capitalista, resultante da crise econômico-política causada pela ameaça ao crescimento transnacional da economia combinada com o processo de ativação popular no cenário político do período que conhecemos por populismo. Para O'Donnell (1990), o Estado BA objetivava a contenção da presença popular e a volta da normalidade do crescimento econômico.

### **A produção historiográfica sobre os governos militares a partir da abertura política**

Para além dessa literatura mais geral que partia da análise do papel político desempenhado pelas Forças Armadas na América Latina, da qual falamos no tópico anterior, apareceram, a partir da distensão de Geisel, livros de cunho memorialístico que se dedicavam especificamente à experiência brasileira. Com a abertura política foi comum a publicação de depoimentos de pessoas que queriam registrar sua participação nos acontecimentos do período. Foram muitas as publicações de iniciativa tanto de partícipes do governo quanto de militantes que sofreram a repressão.

Daniel Krieger (1976), líder do governo no Senado, e Luís Viana Filho (1975), chefe da casa civil de Castelo Branco, por exemplo, publicaram depoimentos que contribuíram para a construção da imagem do primeiro general-presidente, Castelo Branco, como “moderador e legalista”, no comando de um grupo unido e em defesa do país. Posteriormente, os trabalhos de Hugo Abreu (1979) e Jayme Portella Mello (1979), também baseados em depoimentos, desmentiriam a propaganda unidade militar. A partir de então foi comum que historiadores dividissem, ainda grosseiramente, os militares no comando do Estado brasileiro, como “Castelistas” e “Linha dura”. Com os anos, foi reconhecida a diversidade das Forças Armadas, sendo essa primeira divisão revisitada e colocada em diferentes termos e versões.

Sobre os livros de militantes que vivenciaram a repressão temos, por exemplo, de Fernando Gabeira (1980), *O que é isso, companheiro?* e de Alfredo Sirkis (1984) a publicação intitulada *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Ambos os livros acabaram por formar uma imagem mítica dos militantes de esquerda, consolidando a figura do ex-guerrilheiro ingênuo e romântico, fruto da atmosfera de contestação dos anos 60.

Da perspectiva daqueles que sofreram a repressão o intuito primeiro da maioria das publicações foi registrar a violência na aplicação da justiça militar antes que as vítimas morressem e se perdesse o registro da tortura, a exemplo da coletânea *Brasil: nunca mais*, cuja organização foi assinada por Don Paulo Evaristo Arns (1985).

Nesse sentido parece-nos pertinente a afirmação de que:

A abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente. Poderíamos dizer que se trata de uma espécie de movimento de incorporação, pelos historiadores, de temáticas outrora teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos e narrados pelos próprios partícipes (Fico, 2004, p. 2).

O terceiro grupo de trabalhos sobre os governos militares (considerando que o primeiro foi composto por análises político-econômicas do Brasil no contexto da América Latina e que o segundo reúne publicações de depoimentos orais) valeu-se das fontes reunidas em entrevistas, de jornais e de alguns documentos oficiais para contar a história das organizações de esquerda, suas ações, a repressão, a tortura como prática de interrogatório utilizada a partir de 1968, sobretudo depois do AI-5, e da violência empregada logo nos primeiros meses de vigência do militarismo para a anulação dos opositores mais visíveis.

Durante a década de 1990 floresceu uma produção historiográfica mais diversificada sobre os governos militares. Os anos 90 foram marcados pela afirmação da chamada “Nova História” no Brasil e, por isso mesmo, as obras tenderam a abandonar explicações fundadas em termos como “luta de classe”, “modo de produção”, “estrutura social e econômica” para narrativas que enfatizaram “o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua ‘mentalidade’, sua ‘trajetória de vida’”, enfim, análises mais voltadas aos aspectos socioculturais do período (Fico, 2004).

Nesses anos, muitos estudos valorizaram a experiência e memória de grupos considerados de esquerda, desde os estudantis (UNE e secundaristas) até partícipes da luta armada, considerando mesmo as menores instâncias de resistência ao autoritarismo em suas atividades mais cotidianas (Fico, 2004, p. 139).

O aumento de trabalhos acadêmicos sobre os governos militares verificado na década de 1990 segue a tendência do crescimento de análises acerca do período republicano. José Roberto do Amaral Lapa, por ocasião do levantamento das teses de Doutorado defendidas na USP entre os anos de 1933 e 1974, revelou a supremacia dos estudos em Brasil Colônia: Colônia – 43,5%, Império – 32,6%, República – 15,2%, Colônia/Império – 6,5% e Império/República – 2,2%. O próprio autor do levantamento, José Roberto do Amaral Lapa, quando apresentou os resultados da pesquisa, afirmou acreditar que as próximas décadas seriam marcadas pelo crescimento dos estudos acerca do período republicano, especialmente sobre os governos militares. Com efeito, um levantamento feito pela ANPUH décadas depois registrou 279 teses de Doutorado com temas relativos aos anos de 1974-1993 (Lapa, 1985, p.53).

Outro fato ajuda a entender a grande produção de análises sobre os grupos considerados de esquerda nas mais diversas cidades e regiões do Brasil. A década de 1990 assistiu ao crescimento dos programas de Pós-graduação em diferentes estados brasileiros que, somada à então tendência de trabalhos em História Regional, fez com que inúmeros mestrands e doutorandos procurassem por documentos relativos aos grupos de oposição aos governos militares na cidade e/ou região em que residiam.

Finalmente, e sem periodização possível, foram publicados inúmeros títulos a respeito dos motivos do “Golpe de 64”<sup>4</sup>, bem como livros que elegeram como tema a história das Forças Armadas e, conseqüentemente, abordaram o período compreendido entre 1964 e 1986.<sup>5</sup> Dentre os trabalhos publicados nesse período merecem destaque os realizados pelos pesquisadores do CPDOC, Maria Celina D’Araujo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro (1995) acerca da memória militar do pós-64, utilizando a história oral.

Atualmente, muito em virtude da abertura de arquivos militares, são vários os temas que motivam os pesquisadores interessados na história dos governos militares. No entanto, permanece verdadeira a afirmação de que a maioria das pesquisas publicadas após a redemocratização voltou-se para temas relativos à esquerda e à oposição aos governos militares nas suas mais variadas formas. Esses trabalhos também ganharam corpo com a abertura de acervos documentais produzidos em torno da repressão, sobretudo com a facilidade do acesso a processos-crime que envolveram várias organizações e militantes de esquerda. No entanto, foi justamente a ampliação do acesso a documentos antes indisponíveis o que incentivou o crescimento de uma outra gama de pesquisas: o estudo dos governos militares em sua dinâmica interna. Sobre a interação e funcionamento da rede de organismos e siglas que serviu aos órgãos da repressão no Brasil, por exemplo, Carlos Fico publicou, em 2001, obra intitulada *Como eles*

agiam – *Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. O objetivo do livro foi, nas palavras do autor, tratar do “sistema de informações e segurança, ou seja, o conjunto de órgãos encarregados de fazer espionagem e reprimir os brasileiros considerados subversivos” (Fico, 2001, p.18).

Por fim, resta enfatizar que, nos últimos anos, o crescimento dos movimentos sociais, bem como o acirramento das disputas políticas identificadas com direita x esquerda no país impulsionou pesquisas várias, por vezes extremas em análises ideológicas. De todo modo, estão em ebulição as análises sobre o período com novas abordagens, embora seja lamentável as interpretações negacionistas que buscam minimizar os males que períodos de autoritarismo, marcados pela intolerância ao diferente e pela busca de homogeneidade social causam, necessariamente, ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar geral da população de quaisquer países.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARONE, Edgar. **O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas**. São Paulo: Difel, 1975.

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COLLIER, David. **O novo autoritarismo na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ari Dillon. **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Polis, 1978.

- GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 20.ed. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- HAHNER, June Edith. **Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898.** São Paulo: Pioneira, 1975.
- HAYES, Robert Ames. **Nação Armada:** a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- KAUFMAN, Robert. **Mudança industrial e governo autoritário na América Latina:** uma crítica concreta do modelo autoritário-burocrático. In: COLLIER, D. (Org.) O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- KEITH, Henry; HAYES, Robert Ames. (Eds). **Perspectives on armed politics in Brazil.** Tempe: Arizona State University/ Center for Latin American Studies, 1976;
- KEITH, Henry. **Soldados Salvadores:** as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924, em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.
- KRIEGER, Daniel. **Desde as missões... Saudades, Lutas, Esperanças.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1976
- LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia:** Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MATHIAS, Suseley Kalil. **Distensão no Brasil:** o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papiros, 1995.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna:** a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1984). São Paulo: Alameda, 1995.
- McCANN, Frank. **Soldiers of the Pátria:** a history of the Brazilian Army, 1889-1937. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- MELLO, Jayme Portela. **A Revolução e o Governo Costa e Silva** Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- MORAES, João Quartim. de. **O colapso da resistência militar ao golpe de 64.** In: TOLEDO, C. N. de (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.
- MORAES, João Quartim de. **História do Marxismo no Brasil.** 3 vol. São Paulo: Unicamp, 1998.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política.** Ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

- O'DONNELL, Guilherme. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **As forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Martins, 1942.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RIDENTI, M. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.
- SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Jr na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Maud/Faperj, 2001.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SCHULZ, John. **O exército e o Império**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1971, t.2, v. 4.
- SIMMONS, Charles. **Marshal Deodoro and the fall of Dom Pedro II**. Durham: Duke University Press, 1966.
- SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários: memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global, 1984.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga S.A, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SOUZA, Amaury de. **Março ou Abril. Dados**, n.1. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1966.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Ômega, 1976.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política: a mudança de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

<sup>2</sup> Informamos que as expressões “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, “governos militares”, “governos civis-militares” e similares são utilizadas, neste texto, como sinônimos. Não desconhecemos que a própria denominação do período já foi motivo de disputa na historiografia nacional. No entanto, não há registros de que os pesquisadores que utilizam a expressão “ditadura militar” desconsiderem a presença e participação de civis tanto no golpe quanto nos governos que se seguiram, motivo pelo qual desconsideramos os “modismos” relativos à identificação do período.

<sup>3</sup> O Estado burocrático, autoritário e militar, enquanto modelo explicativo formulado por O'Donnell para a política autoritária latino-americana, tem sido debatido e redimensionado, mas permanece importante na maioria de seus princípios.

<sup>4</sup> Uma vasta literatura debateu os motivos do movimento civil-militar de 1964. Em geral, as análises priorizaram um ou outro elemento dentre as “transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente os militares (...), tanto condicionantes estruturais quanto processos conjunturais e episódios imediatos” (Fico, 2004, p. 16). DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987; MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1984)**. São Paulo: Alameda, 1995; MORAES, João Quartim. de. **O colapso da resistência militar ao golpe de 64**. In: TOLEDO, C. N. de (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997; REIS FILHO, Daniel Aarão. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

<sup>5</sup> No que diz respeito às análises das Forças Armadas, a maioria dos títulos foram produzidos na Unicamp, especialmente os de Eliézer Rizzo de Oliveira. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papyrus, 1987.; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. Ver também: MATHIAS, Suseley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papiros, 1995; CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.